



## 2. De Vargas e Geisel: as Estratégias da Política Externa Brasileira para a Criação do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1940-1978)

Antônio Manoel Elíbio Júnior<sup>I</sup>

Este artigo pretende analisar as estratégias para a formulação do acordo que criou o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), entre os anos de 1940 e 1978. Na liderança do Ministro Antônio Azeredo da Silveira, o acordo procurava envolver os oito países que abrangem o ecossistema da bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Proposto na gestão do Chanceler Azeredo da Silveira, durante o Governo Militar de Ernesto Geisel, o TCA tinha como objetivo estreitar a integração regional, potencializando as atividades voltadas para o desenvolvimento econômico, integração física e para preservação ambiental.

Palavras-chaves: Tratado de Cooperação Amazônica, Antônio Azeredo da Silveira, Integração

This article intends to analyze the negotiations for the agreement that created the Amazon Cooperation Treaty (ACT), between the years 1940 and 1978. Leading by the Minister Antônio Azeredo da Silveira, the agreement sought to encompass the eight countries that comprise the ecosystem of the Amazon River basin. Proposed during the Chancellor Azeredo da Silveira' term and the military government of Ernesto Geisel, the ACT had the aim of furthering regional integration, strengthening the activities related to economic development, integration, physical and environmental preservation.

Key-words: Amazon Cooperation Treaty, Antônio Azeredo da Silveira, Integration

Foi principalmente nos anos de 1940 que a Região Norte do país passou a receber atenção efetiva do governo federal, sobretudo por conta das preocupações de interferência estrangeira na Amazônia. As estratégias desenvolvimentistas para a região, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), evidenciam a importância destacada para a política externa brasileira. Em pronunciando em outubro de 1940, Vargas afirmava que havia um potencial de cooperação com os países da Bacia Amazônica. Para o Presidente:

“As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam ao seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão de sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside a relação dos povos americanos sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico”.<sup>II</sup>

Não se tratava apenas de integração natural, de aproximação geográfica, mas de “confraternização” entre as “nações vizinhas”. Portanto, sob a coordenação do Brasil, Vargas já anunciava ajustes para efetivação de acordos comuns e de coalizações em que o “espírito de solidariedade” dos povos americanos levaria ao um “entendimento pacífico”. Vargas afastava



qualquer interesse imperialista na região acreditando tão somente na colaboração estrangeira por meio da captação de investimentos canalizados para o desenvolvimento da Amazônia. Comércio e indústria seriam os pilares dessa obra. Em uma entrevista a Associatad Press Vargas reafirmava a participação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos para a criação de um mecanismo multilateral de cooperação técnica e econômica.

“Os assuntos a tratar parecem-me da maior importância: intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros. Devemos chegar a um acordo em que se assegure, praticamente, a expansão das nossas atividades em sentido amplo de solidariedade. A exemplo do recente convênio com a Argentina, esse ajuste de interesses mútuos virá ter salutar reflexo sobre o fortalecimento das relações entre os países americanos. Não devemos cogitar, apenas, de prevenir atritos possíveis, mas, principalmente, de fortalecer os motivos, que nos sobram, para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. É claro que, assim procedendo, aumentaremos nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção. Embora não tenhamos, no momento, felizmente, razões para nos sentirmos ameaçados, cumpre-nos consolidar a obra de solidariedade começada com iniciativas como essas que não visam hostilizar ninguém e só concorrem para desenvolver, entre as nações americanas, o espírito de mútua confiança e a convicção da necessidade de nos prepararmos para enfrentar quaisquer eventualidades.”

O que se projetava, portanto, era a “expansão” das atividades de integração em diversas áreas, como infra-estrutura, comércio, tecnologia, e segurança.<sup>III</sup> Em diversos momentos da entrevista, ficava claro a perspectiva brasileira quanto ao empreendimento cooperativo, principalmente, porque para Vargas havia elementos comuns que ligavam e aproximavam os países da Bacia Amazônica.<sup>IV</sup> Entretanto, foi somente em 1946 que internacionalmente foi criado no âmbito da UNESCO uma instituição multilateral voltada para o desenvolvimento da região amazônica. Nesse ano foi organizado o Instituto Internacional Hiléia Amazônica (IIHA), cujo objetivo principal seria captar recursos para desenvolver pesquisas sobre a região. O IIHA pode ser considerado predecessor do Tratado de Cooperação Amazônica. A iniciativa de criação do IIHA foi encaminhada por Paulo Berredo Carneiro, representante brasileiro na UNESCO. Oficialmente, porém, apenas em 1948 foi aprovada a Convenção de Iquitos, instituindo a participação de Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, França, Holanda e Itália. No plano doméstico, houve franca oposição em setores da imprensa e do legislativo federal.<sup>V</sup> Na Câmara Federal Arthur Bernardes, então deputado, foi um dos principais opositores da ideia do Instituto. Além do legislativo, também nas forças armadas havia forte oposição para a ratificação do IIHA, tanto que o organismo não foi instituído pelo próprio demandante, o Brasil. Se por um lado o Brasil procurou aproximar-se dos países vizinhos, por outro os constrangimentos externos da Guerra Fria levavam o país a se alinhar aos EUA, principalmente por meio de dois acordos, a saber: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR-1947) e a Comissão Mista Brasil-EUA de 1950.<sup>VI</sup>

Essa aproximação da política externa brasileira com os Estados Unidos, justificava-se devido a tentativa do governo brasileiro de atrair investimentos norte-americanos para a industrialização do país. A conjuntura bipolar que configurava o sistema internacional reduzia significativamente a margem autonomista do Brasil e mesmo seus objetivos voltados para o estabelecimento de mecanismos cooperativos com os vizinhos sul-americanos.<sup>VII</sup> Conforme apontou Paulo Vizentini, o Brasil durante o governo Médici procurou adotar uma posição menos multilateralista e mais bilateralista na medida em que assinava acordos com seus vizinhos. Para Vizentini:



“O realismo da Diplomacia do Interesse Nacional liberava o Brasil de pactos ou acordos de solidariedade e lhe permitia seguir caminhos exclusivamente bilaterais que não prejudicavam sua ascensão ao primeiro mundo. Antes disso, o Brasil encontrava-se diante de duas alternativas de desenvolvimento: 1) integração com os países da região ou 2) tentativa isolada no caminho do desenvolvimento e da autonomia internacional. A opção pela segunda foi influenciada por condicionantes externos... A política externa do governo Médici produziu enorme desconfiança por parte dos demais países da América Latina.”<sup>VIII</sup>

Nesse sentido, as propostas provenientes do Brasil de integração regional, em certa medida, eram vistas com desconfiança pelos vizinhos da região. As oscilações da política externa brasileira, no período em questão, não colaboraram para promover a incorporação dos países da Bacia Amazônica, para o projeto brasileiro de desenvolvimento amazônico. Os entraves regionais como a falta de recursos, capacidade técnica, contingenciamentos domésticos, oposição de setores nacionais, e os constrangimentos internacionais com a forte intervenção norte-americana no continente, enfraqueceram a política externa brasileira com objetivos integracionistas.

Assim, as negociações para a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, da segunda metade da década de 1970, pareciam superar tais condições limitadoras e as desconfianças mútuas entre os países da região. Segundo Miyamoto não seria mais a Bacia do Prata a receber exclusivamente as atenções no âmbito regional do Itamaraty. A Amazônia, conforme o mesmo autor, “completava o quadro de atuação da Chancelaria brasileira e, a partir de então, todos os países do continente receberiam igual destaque”.<sup>IX</sup>

Foi no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) que o Brasil procurou diversificar suas alianças e parcerias internacionais, inclusive com a América Latina.<sup>X</sup> Claro está que não se restringiu a aproximação com os países latinos, criando mecanismos de diálogo e cooperação também com a República Federal da Alemanha (1975) e com a URSS, China, Leste Europeu, Europa Ocidental e Japão. Todavia, Geisel compreendia que se o problema maior do Brasil era econômico, deveria, portanto, conduzir a política externa brasileira em direção ao hemisfério norte, pois seria nessa região que o Brasil obteria mercados, acesso a tecnologia, ciência e parcerias comerciais. Geisel não descartava a América Latina, antes, porém, evidenciava que numa “escala de valores” o norte deveria ser preponderante na formulação da política externa brasileira.

Embora ficasse claro para o Presidente Geisel a importância prioritária dos Estados Unidos na agenda do Itamaraty, não havia, consenso no governo sobre as relações do Brasil com aquele país. Mesmo o Chanceler Antônio Azeredo da Silveira via com desconfiança essa aproximação e colaboração com os norte-americanos. Nesse contexto, aqui apresentado de forma panorâmica, mas ilustrativa do período, podemos compreender como o Tratado de Cooperação Amazônica foi articulado. Outro parâmetro pertinente para problematização do acordo amazônico diz respeito ao início do descongelamento Leste-Oeste e uma acentuada valorização dos conflitos de interesses no eixo Norte-Sul. Podemos afirmar que essa flexibilização da bipolaridade em fins dos anos 70 permitirá aos países do sul a ampliação do campo de acordos não alinhados as duas super potências.<sup>XI</sup>



Nesse período, conhecido pela expressão “pragmatismo responsável”, o Itamaraty, chefiado pelo Ministro Azeredo da Silveira, dispunha-se a defender os interesses nacionais partindo das premissas como autonomia, não-discriminação e não alinhamento. Assim, Azeredo da Silveira procurou mobilizar os recursos nacionais para uma inserção pragmática do Brasil no cenário internacional. Havia nessa presunção uma percepção de grandeza natural e de importância do país que poderia decidir por conta própria suas ações de política externa de forma independente e soberana.

Para Eiiti Sato a política externa do período Geisel pode ser definida a partir do conceito do “pragmatismo responsável”. Conforme apontou Sato os governos militares assumem o poder entendendo que, para além da questão imediata do que consideravam “a ameaça comunista”, deveriam investir num projeto de “desenvolvimento capaz de transformar o País numa potência, o chamado “Projeto Brasil-Potência” e, nessa perspectiva, a modernização das instituições e a industrialização se apresentavam como base fundamental.”<sup>XII</sup> Portanto, preliminarmente, podemos argumentar que o TCA fazia parte da estratégia do Governo Geisel objetivando construir parcerias no âmbito sul-americano.<sup>XIII</sup> Conforme verificou Daniel Antiquera, o TCA foi assinado no dia 3 de julho de 1978, e só entrou em vigor dois anos depois, no dia 2 de agosto de 1980, quando a Venezuela fez o depósito de sua ratificação. Para o Brasil o acordo foi validado no mesmo ano em que foi proposto, ou seja, em 1978, quando foi aprovado pelo Congresso Nacional, com o decreto legislativo 69. Segundo o mesmo autor, sua incorporação ao ordenamento nacional, no entanto, só foi concretizada por meio do decreto 85.050, promulgado no dia 18 de agosto de 1980.<sup>XIV</sup>

Estas gestões tiveram início em 1976 quando o Ministro Azeredo da Silveira envia aos embaixadores dos 7 países amazônicos uma minuta com as proposições do acordo. Em um conjunto de 36 documentos, do acervo do CPDOC-FGV encontra-se mais de 188 páginas acerca das negociações sobre o TCA, desde 1976 até 1979. Entre esses documentos há uma carta do Ministro Azeredo da Silveira enviada ao Embaixador da Bolívia acreditado no Brasil, General Oscar Valda, com cópia a todos os demais embaixadores do Peru, Colômbia, Suriname, Equador, Guiana e Venezuela. A carta, carimbada com o selo de ultra-secreto, tinha o seguinte título: “Institucionalização do processo político regional amazônico”.<sup>XV</sup> Na carta Azeredo da Silveira afirmava estar convicto de que:

“a ação coordenada dos países amazônicos, empreendida no sentido indicado, longe de acentuar desigualdades entre as diferentes áreas sub-regionais, tenderá, ao contrário, a intensificação das correntes comerciais, a complementação econômica, ao aprimoramento das estruturas sociais e, conseqüentemente, ao enriquecimento geral.”<sup>XVI</sup>

E completava,

“entendemos que a solidariedade inerente a um movimento de cooperação sub-regional sobrepõe as tentativas de “internacionalização” da Amazônia o princípio de sua regionalização, com ênfase na segurança de que a ação conjunta não signifique, de modo algum, abdicção de parcela da soberania de cada Estado sobre seus respectivos territórios e recursos naturais, mas, ao contrario, seja um instrumento para fortalecê-la contra eventuais propósitos de ingerências externas”.<sup>XVII</sup>

Conforme o argumento do Ministro, portanto, a integração regional deveria defender os princípios da soberania territorial para cada um dos países integrantes do acordo. O que se procura definir, nesse sentido, é a construção de uma identidade regionalizada que afaste qualquer ameaça de ingerência extra-regional. A idéia de controlar internacionalmente a Amazônia colocava em cheque a autodeterminação territorial dos países latino-americanos. Assim, compreende-se a incisiva preocupação do Chanceler em “fortalecer a região” da cobiça imperialista. Para o Ministro Azeredo da Silveira a “participação de todos os países da sub-região, que sem afetar os outros movimentos de integração em marcha no Continente, dos quais por seus objetivos, seria apenas complementar” deveria abranger principalmente as questões relacionadas a infra-estrutura regional. Navegação, interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, ligações elétricas e de telecomunicações, além de assistência técnica e intercâmbio tecnológico seriam as pautas para o processo integrativo. Para Azeredo da Silveira, a integração amazônica não substituiria os acordos bilaterais, antes, porém, o TCA deveria ser um instrumento multilateral catalizador para a cooperação e desenvolvimento dos países da região.

Um outro componente que para o Governo Brasileiro justificaria a institucionalização do acordo multilateral estava relacionado aos interesses internacionais na região. Na missiva enviada pelo Diplomata Azeredo da Silveira ao Embaixador do Peru José de La Puente Radbil, o Chanceler brasileiro destacava conhecer as tentativas “internacionais de caráter ecológico-ambiental, destinadas a preservar a Amazônia como região intocável, para servir de filtro compensatório da poluição universal ou inconfessadamente, como reserva de materiais estratégicos.”<sup>XVIII</sup>

Em resposta a proposição do Itamaraty, encontra-se acervo do CPDOC-FGV toda a correspondência enviada pelos sete Embaixadores sul-americanos signatários do TCA. Portanto, podemos verificar nesse intenso fluxo epistolar, como a proposta brasileira foi recebida e interpretada pelos governos do Pacto Amazônico e, inclusive, porque a Guiana Francesa que faz parte da região hidrográfica da Bacia do Rio Amazonas não fazia parte das negociações.<sup>XIX</sup> E mais, como setores e grupos nacionais no Brasil criaram divergências diante da proposta do Chanceler Antonio Azeredo da Silveira, e mesmo, refregas com o diplomata. Como se observa no discurso do Senador Luiz Viana do MDB:

“O que fazer da Amazônia? Como conduzir o desenvolvimento dentro da Amazônia? O que será desenvolvimento verdadeiro para a Amazônia? Descobri-la, retirar todo aquele tapete verde que a protege dos dilúvios colossais que ocorrem todo ano? Transformar aquilo tudo num imenso curral, bovinizando a Amazônia? Como será o progresso?”<sup>XX</sup>

Em outra carta, enviada em 1976 ao Presidente da República Ernesto Geisel, o Chanceler Azeredo da Silveira lançava a iniciativa de cooperação com o seguinte título: “Tratado para o Desenvolvimento da Bacia Amazônica e Defesa de seus Recursos Naturais”. Nessa missiva o Ministro criticava a tendência da Política Externa Brasileira em direcionar e concentrar seus esforços aos países platinos em detrimento dos países andinos.<sup>XXI</sup> Para ele as relações bilaterais do Brasil com seus países vizinhos amazônicos pautava-se por linhas de “amizade meramente declaratórias, sem nenhuma equivalência efetiva com fatos políticos e econômicos importantes”. O Ministro, em tom de alerta, dizia preocupar-se com o distanciamento do Brasil com os demais países sul-americanos devido aos interesses divergentes dos países.





Essa realidade provocaria a ampliação daquilo que ele chama de “potencialidades de ressentimento contra o Brasil e do temor de tentativas hegemônicas brasileiras”.XXII

Com assertiva semelhante, o Presidente Ernesto Geisel procurava dissipar a imagem sub-imperialista do Brasil e afirmava que “a regra básica do mecanismo será a unanimidade, projeção rigorosa da igualdade entre os membros e garantia contra o surgimento de hegemônias ou tentativas de proveito unilateral”.XXIII O que se observa, portanto, é a uma certa previsão e suspeição do Governo brasileiro, de que o TCA seria instrumentalizado pelo Brasil como um dispositivo de poder para as “pretensões” unilaterais do país na região. O Chanceler Azeredo da Silveira também presumia essa desconfiança dos demais integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica e procurava, nesse sentido, dirimir as desavenças e refregas em torno do tema. Para ele “A garantia de que é possível estruturar tal mecanismo, em reação a condicionamentos tradicionais de desigualdade, se encontra na regra do consenso, que deverá constituir a marca das operações.” A resolução pacífica das controvérsias, para o Ministro, deveria ser a instância para dirimir os dissensos e evitar a possibilidade de “hegemonias ou de confrontos entre maiorias e minorias.” XXIV

Acredito que investigar esses documentos, procurando analisar os contenciosos diplomáticos entre os países que assinaram o TCA, é fundamental para contribuir com o debate acerca da Política Externa Brasileira no contexto da Guerra Fria e do regime militar. Ao objetivar compreender a iniciativa brasileira, sob a liderança do Chanceler Azeredo da Silveira, considero ser possível analisar as demandas, os conflitos, as estratégias, as conversações e as negociações que levaram a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica e mesmo, a tentativa do Brasil em postular uma liderança regional. Além disso, é possível afirmar que a proposta brasileira estaria inserida e refletia a postura do pragmatismo responsável.

Assim, é possível concluir que o Tratado de Cooperação Amazônica foi lançado para responder aos interesses do Brasil tanto no que tange as tentativas de aproximação com os países vizinhos, dissipando receios relativos ao sub-imperialismo brasileiro na região, quanto uma essa estratégia de integração regional em defesa da soberania nacional e dos recursos naturais amazônicos. Entendo ainda, que as análises supramencionadas são importantes para iluminar as táticas do Governo brasileiro, na medida em que demonstram os processos de institucionalização do Tratado de Cooperação Amazônica e a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica em 2002.

## Notas

<sup>I</sup> Doutor em História Social pela UNICAMP e Professor Associado da UEPB.

<sup>II</sup> VARGAS, Getúlio. Relatório de Governo. 1941, p. 87.

<sup>III</sup> Para a historiadora Maria Ligia Coelho Prado, desde o século XIX, se observa a elaboração de um discurso político original, que fundou uma certa interpretação brasileira sobre o mundo hispano-americano, contribuindo para a constituição de um imaginário sobre a outra América, que a dissocia e a separa do Brasil. Nesse sentido,



essas representações provocaram ao longo do século XIX e primeiras décadas do século uma compreensão de distanciamento do Brasil das demais repúblicas latino-americanas. PRADO, Maria Ligia Coelho, O Brasil e a distante América do Sul. In. Revista de História, 145 (2001), 127-149.

<sup>IV</sup> Embora houvesse uma intenção integracionista colocada durante o Governo Vargas, foi somente em 1953 que ocorreu, de fato, a institucionalização de um mecanismo doméstico de valorização da Amazônia. Nesse mesmo ano foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA).

<sup>V</sup> Para Rogowski há uma relação entre os constrangimentos domésticos e a formulação e implementação da política externa. Este autor defende que modelos institucionais variam e esta variação afeta, de forma independente, a “contestação, formulação e execução da política externa em pelo menos cinco aspectos fundamentais: viés da política; credibilidade dos compromissos; coerência e estabilidade das políticas; mobilização e projeção de poder e estratégias dos atores” (ROGOWSKI, 1999, p. 118). Em outras palavras, podemos afirmar, conforme Rogowski que as variações dos componentes domésticos influenciam a formação das preferências internacionais.

<sup>VI</sup> Walter Carlsnaes elaborou um quadro sistematizando a análise de política externa. Em primeiro lugar ele cria três dimensões básicas para analisar a política externa: 1- estrutural, 2-disposicional, 3- intencional e partir delas monta uma espécie de “framework”. A primeira e maior como o próprio nome já diz, traz elementos externos para o “framework” que seriam as Condições Objetivas do meio e os Arranjos Institucionais. Esta dimensão está ligada à segunda com uma relação de causalidade, e esta segunda dimensão que está inserida na primeira, é híbrida e possui elementos da estrutura e do agente: seriam elas as percepções externas e os valores internos do Estado. Percepções e valores também estão ligados a última dimensão inserida na segunda, que representa a esfera do agente possuindo em sua composição as escolhas e preferências do agente. CARLSNAES, Walter, The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis. In.: *International Studies Quarterly*, 1992 36, 245-270.

<sup>VII</sup> Maria Regina Soares de Lima afirma que até os anos 60, no contexto internacional da Guerra Fria, ocorrem duas conseqüências contraditórias com relação aos países do Terceiro Mundo, em especial aqueles localizados na área de influência norte-americana. No plano multilateral, aquele contexto foi propício à emergência da assim chamada “agenda do desenvolvimento”, a partir da criação de instituições internacionais que permitiram o exercício de um metapoder por parte dos países maiores do Terceiro Mundo. Nesse sentido, entre os anos de 1960 e 1970 podemos verificar algumas iniciativas do governo brasileiro quanto a busca por uma maior autonomia no sistema internacional marcado pela bipolaridade. LIMA, Maria Regina Soares. *Instituições democráticas e política exterior*. Contexto Internacional, v. 22, n. 2, p. 285, 2000.

<sup>VIII</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: De Vargas a Lula*. Ed. Contexto. 2008, p.145

<sup>IX</sup> MENEZES, Henrique Zeferino de. SCHERME, Márcio Augusto Scherma, MIYAMOTO. Shiguenoli. *Política Externa e Desenvolvimento: o Governo Geisel (1974-1978)* Revista Política Hoje, Vol. 80 19, n. 1, 2010, 67.

<sup>X</sup> Utilizando-se de uma revisão da bibliografia concernente à temática da análise da política externa, Joe Hagan argumenta que as condições internas constroem ou mobilizam a forma de atuação externa dos Estados no mundo, baseando-se, para tanto, na premissa maior de que a Política Externa de um Estado não se constitui tão somente como a posição por ele ocupada no sistema em termos de poder, mas também à forma pela qual seus líderes respondem aos imperativos constritores deste. Com base nesta arguição, passa a defender que: a) os constrangimentos políticos domésticos têm um alto grau de variabilidade e se constituem com um fenômeno presente em diversos tipos de sistemas políticos, não só nas democracias; b) as respostas dadas pelos líderes políticos às oposições têm efeito na política externa do Estado; e c) as perspectivas de mundo e os interesses dos homens de Estado e seus correligionários se constituem como uma motivação básica para a direção tomada pelo Estado no sistema internacional. Assim, passa a defender que a política doméstica influencia a externa por pelo menos duas maneiras, primeiro que as orientações em termos de poder e as orientações para a política internacional são marcadas por forte personalismo e segundo, quando um líder político assume o poder, os



processos políticos domésticos incidem na sua própria definição de interesse nacional e na sua capacidade para viabilizá-lo. Esse argumento elaborado por Joe Hagan poderá ser verificado na condução da política externa do Presidente Ernesto Geisel e na Chancelaria do Ministro Azeredo da Silveira. HAGAN, Joe D. Domestic Political System and War proness. In: *Mershon International Studies Review*, vol 38, nº2 (Oct 1994), p. 183-207.

<sup>XI</sup> Embora a iniciativa brasileira para a criação do TCA ganhasse força nos quadros burocráticos do governo federal e, um certo respaldo dos demais países da região, os processos integrativos estavam fortemente limitados pela instabilidade nas condições macroeconômicas dos países latino-americanos a partir dos anos 70, condições estas agravadas nos anos 80.

<sup>XII</sup> Outro autor que também discutiu o TCA foi Joaquim Molano Campuzano que afirma que os objetivos do Brasil, ao encaminhar o TCA, não se restringiam aos aspectos econômicos ou mesmo geográficos dispostos nos artigos do acordo. Para Campuzano “do ponto de vista neocolonial o Brasil só pode crescer à custa de seus vizinhos, tanto geográfica como economicamente, e isto pode ser observado com maior amplitude com relação à Amazônia, pois muitos dos recursos de que carece- petróleo, carvão, etc, estão nos países amazônicos.” Além disso, conforme adverte o autor, o Brasil “pode ter um mercado muito rico com seus vizinhos amazônicos, já que o Acordo de Cartagena (Pacto Andino) o SELA, e a ALALC ignoraram a Amazônia.” Portanto, Campuzano acredita que a “integração amazônica” seria uma espécie de “disfarce” dos reais motivos da intenção brasileira. CAMPUZANO, Joaquín Molano. “As multinacionais na Amazônia.” In *Encontros com a Civilização Brasileira*. volume 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 26.

<sup>XIII</sup> SATO, Eiji. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. *Rev. Bras. Polít. Int.* 41 (n. esp. 40 anos): 8-28 [1998].

<sup>XIV</sup> ANTIQUERA, Daniel de Campos. A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2006, p. 90.

<sup>XV</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

<sup>XVI</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

<sup>XVII</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

<sup>XVIII</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

<sup>XIX</sup> A pesquisa de Piedra-Calderón se insere num plano mais abrangente, pois tenta evidenciar a capacidade e a influência das Organizações Internacionais em relação aos processos de integração regional. O autor afirma que existe um enorme potencial nas organizações internacionais para “apoiar e fortalecer o processo da integração sul-americana e latino-americana”. Nesse sentido, Piedra-Calderón investiga o funcionamento da estrutura política da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica objetivando, com isso, averiguar a atuação e as preferências dos atores internacionais envolvidos no acordo regional: Equador, Venezuela, Colômbia, Suriname, Bolívia, Brasil, Peru, Guiana. PIEDRA-CALDERÓN, Andrés Fernando. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação do processo de integração Sul-Americana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 6.

<sup>XX</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.





<sup>XXI</sup> Por sua vez, Paulo Schilling afirma que a proposição brasileira para a criação do TCA encobria a intenção do Itamaraty em adensar sua projeção sobre o Caribe e, principalmente em relação aos países do Pacto Andino. Para o mesmo autor, a doutrina das “fronteiras vivas” inspiraria o povoamento e a ocupação definitiva da Amazônia, o que poderia representar a estratégia brasileira de expandir seu território. SCHILLING, Paulo. El expansionismo brasileño. México: El Cid Editor, 1978, p. 276.

<sup>XXII</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

<sup>XXIII</sup> GEISEL, Ernesto. “Discurso do presidente Ernesto Geisel por ocasião da solenidade de assinatura do Tratado de Cooperação Multilateral na Amazônia.” In Resenha de Política Exterior do Brasil jul/ago/set 1978, no. 18. Brasília: MRE, 1978, p. 10.

<sup>XXIV</sup> Arquivo Antônio Azeredo da Silveira AAS mre ai 1977.03.02. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC-FGV.

## Referências Bibliográficas

ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2006.

CAMPUZANO, Joaquín Molano. “**As multinacionais na Amazônia.**” In Encontros com a Civilização Brasileira. volume 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CARLSNAES, Walter. **The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis**. In.: *International Studies Quarterly*, 1992.

GEISEL, Ernesto. “**Discurso do presidente Ernesto Geisel por ocasião da solenidade de assinatura do Tratado de Cooperação Multilateral na Amazônia.**” In Resenha de Política Exterior do Brasil jul/ago/set 1978, no. 18. Brasília: MRE, 1978.

HAGAN, Joe D. **Domestic Political System and War proness**. In: *Mershon International Studies Review*, vol 38, nº2 (Oct 1994).

LIMA, Maria Regina Soares. **Instituições democráticas e política exterior**. Contexto Internacional, v. 22, n. 2, 2000.

MENEZES, Henrique Zeferino de. SCHERME, Márcio Augusto Scherma, MIYAMOTO. Shiguenoli. **Política Externa e Desenvolvimento: o Governo Geisel (1974-1978)** Revista **Política Hoje**, Vol. 80 19, n. 1, 2010.

PIEDRA-CALDERÓN, Andrés Fernando. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação do processo de integração Sul-Americana**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.



PRADO, Maria Ligia Coelho. **O Brasil e a distante América do Sul**. In. Revista de História, 145, 2001.

SATO, Eiiti. **40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões**. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (n. esp. 40 anos): 8-28 [1998].

SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño**. México: El Cid Editor, 1978.

VARGAS, Getúlio. **Relatório de Governo**. 1941.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: De Vargas a Lula**. Ed. Contexto. 2008.